



EUROPEAN COMMISSION

Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs

Single Market Enforcement

Notification of Regulatory Barriers

Número de notificação : 2025/0104/ES (Spain)

## Anteprojeto de lei sobre coordenação e governação da cibersegurança

Data de receção : 21/02/2025

Fim do período de statu quo : 26/05/2025

### Message

Mensagem 001

Comunicação da Comissão - TRIS/(2025) 0503

Directiva (UE) 2015/1535

Notificação: 2025/0104/ES

Notificação de um projeto de texto de um Estado-Membro

Notification – Notificación – Notifizierung – Нотификация – Oznámení – Notifikation – Γνωστοποίηση – Notificación – Teavitamine – Ilmoitus – Obavijest – Bejelentés – Notifica – Pranešimas – Paziņojums – Notifika – Kennisgeving – Zawiadomienie – Notificação – Notificare – Oznámenie – Obvestilo – Anmälan – Fógra a thabhairt

Does not open the delays - N'ouvre pas de délai - Kein Fristbeginn - Не се предвижда период на прекъсване - Nezahajuje prodlení - Fristerne indledes ikke - Καμία έναρξη προθεσμίας - No abre el plazo - Viivituste perioodi ei avata - Määräaika ei ala tästä - Ne otvara razdoblje kašnjenja - Nem nyitja meg a késéset - Non fa decorrere la mora - Atidējimai nepradedami - Atlikšanas laikposms nesākas - Ma jiftaħ il-perijodi ta' dewmien - Geen termijnbegin - Nie otwiera opóźnień - Não inicia o prazo - Nu deschide perioadele de stagnare - Nezačína oneskorenia - Ne uvaja zamud - Inleder ingen frist - Ní osclaíonn sé na moilleanna

MSG: 20250503.PT

1. MSG 001 IND 2025 0104 ES PT 21-02-2025 ES NOTIF

2. Spain

3A. Subdirección General de Asuntos Industriales, Energéticos, de Transportes y Comunicaciones y de Medioambiente  
DG de Mercado Interior y Otras Políticas Comunitarias  
Ministerios de Asuntos Exteriores, UE y Cooperación  
d83-189@maec.es

3B. Ministerio del Interior

4. 2025/0104/ES - SERV - Serviços da sociedade da informação

5. Anteprojeto de lei sobre coordenação e governação da cibersegurança

6. Serviços digitais considerados essenciais para a segurança e o funcionamento da sociedade

7.



## EUROPEAN COMMISSION

Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs  
Single Market Enforcement  
Notification of Regulatory Barriers

8. Esta legislação visa estabelecer medidas para alcançar um elevado nível comum de cibersegurança em Espanha e contribuir para a cibersegurança da União Europeia, transpondo para o direito espanhol a Diretiva (UE) 2022/2555 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União, que altera o Regulamento (UE) n.º 910/2014 e a Diretiva (UE) 2018/1972 e revoga a Diretiva (UE) 2016/1148.

A lei afetará entidades públicas e privadas em setores essenciais e importantes, como a energia, os transportes, a banca, a saúde, a água, as infraestruturas digitais e os serviços tecnológicos.

As principais medidas incluídas no projeto são:

- criar o Centro Nacional de Cibersegurança, que coordenará as ações de cibersegurança e assegurará a cooperação transetorial e transfronteiriça,
- definir critérios uniformes para determinar as entidades incluídas no âmbito de aplicação, classificadas como entidades essenciais e entidades importantes,
- estabelecer um catálogo de medidas necessárias para a gestão dos riscos de cibersegurança,
- reforçar o procedimento de notificação de incidentes que perturbem ou sejam suscetíveis de perturbar a prestação de serviços por entidades essenciais e importantes,
- criar o cargo de Oficial de Segurança da Informação,
- reforçar as regras sobre o intercâmbio de informações de cibersegurança,
- estabelecer um quadro institucional e de coordenação entre as autoridades competentes.

9. O principal objetivo do anteprojeto de lei sobre coordenação e governação da cibersegurança é reforçar a proteção das redes e dos sistemas de informação em Espanha, que são essenciais para o desenvolvimento de atividades sociais e económicas. O número, a magnitude e a sofisticação crescentes dos ciberincidentes constituem uma séria ameaça ao funcionamento destas infraestruturas, que podem perturbar as atividades económicas, minar a confiança dos utilizadores e causar graves danos à economia e à segurança nacionais.

Para fazer face a estes desafios, a lei propõe a criação do Centro Nacional de Cibersegurança, que coordenará as ações de cibersegurança e assegurará a cooperação transetorial e transfronteiriça. Além disso, as medidas da Diretiva (UE) 2022/2555 (SRI-2), destinadas a contribuir para um elevado nível comum de cibersegurança em toda a União, serão incorporadas no sistema jurídico espanhol.

A lei afetará entidades públicas e privadas em setores essenciais e importantes, como a energia, os transportes, a banca, a saúde, a água, as infraestruturas digitais e os serviços tecnológicos, obrigando-as a aplicar medidas de segurança avançadas e a notificar quaisquer incidentes significativos de cibersegurança.

10. Referências aos textos de base:

11. Não

12.

13. Não

14. Não

15. Sim

16.

Aspectos OTC: Não

Aspectos MSF: Não



EUROPEAN COMMISSION

Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs  
Single Market Enforcement  
Notification of Regulatory Barriers

\*\*\*\*\*

Comissão Europeia

Contacto para obter informações de carácter general Directiva (UE) 2015/1535

email: [grow-dir2015-1535-central@ec.europa.eu](mailto:grow-dir2015-1535-central@ec.europa.eu)